

## **Antropologia e educação não formal**

**Rosely Tavares Alves Pardini**

**Ana Maria Martins de Carvalho Mol**

### **OBJETIVO**

Estabelecer relações entre os fenômenos que interessam à educação não formal e os aspectos abordados pela antropologia.

### **INTRODUÇÃO**

Analisar a escola como espaço sócio-cultural significa compreendê-la na ótica da cultura, sob um olhar mais denso, que leva em conta a dimensão do dinamismo, do fazer-se cotidiano, levado a efeito por homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, negros e brancos, adultos e adolescentes, enfim, alunos e professores, seres humanos concretos, sujeitos sociais e históricos, presentes na história, atores na história. Falar da escola como espaço sócio-cultural implica, assim, resgatar o papel dos sujeitos na trama social que a constitui, enquanto instituição. Este ponto de vista expressa um eixo de análise que surge na década de 80.

Vamos analisar os efeitos produzidos na escola, pelas principais estruturas de relações sociais, que caracterizam a sociedade capitalista, definindo a estrutura escolar e exercendo influências sobre o comportamento dos sujeitos sociais que ali atuam.

A partir da década de 80, surgiu uma nova vertente de análise da instituição escolar, que buscava superar os determinismos sociais e a dicotomia criada entre homem-circunstância, ação-estrutura, sujeito-objeto.

O reflexo desse paradigma emergente é um novo humanismo, que coloca a pessoa, enquanto autor e sujeito do mundo, no centro do conhecimento, mas, tanto a natureza, quanto as estruturas, estão no centro da pessoa, ou seja, a natureza e a sociedade são antes de tudo humanas.

Assim, a instituição escolar seria resultado de um confronto de interesses: de um lado, uma organização oficial do sistema escolar, que "define conteúdos da tarefa central, atribui funções, organiza, separa e hierarquiza o espaço, a fim de diferenciar trabalhos, definindo idealmente, assim, as relações sociais." ; de outro, os sujeitos - alunos, professores, funcionários, que criam uma trama própria de inter-relações, fazendo da escola um processo permanente de construção

social. De acordo com nossos estudos, em "cada escola interagem diversos processos sociais: a reprodução das relações sociais, a criação e a transformação de conhecimentos, a conservação ou destruição da memória coletiva, o controle e a apropriação da instituição, a resistência e a luta contra o poder estabelecido". Apreender a escola como construção social implica, assim, compreendê-la no seu fazer cotidiano, onde os sujeitos não são apenas agentes passivos diante da estrutura. Ao contrário, trata-se de uma relação em contínua construção, de conflitos e negociações em função de circunstâncias determinadas.

A escola, como espaço socio-cultural, é entendida, portanto, como um espaço social próprio, ordenado em dupla dimensão. Institucionalmente, por um conjunto de normas e regras, que buscam unificar e delimitar a ação dos seus sujeitos. Cotidianamente, por uma complexa trama de relações sociais entre os sujeitos envolvidos, que incluem alianças e conflitos, imposição de normas e estratégias individuais, ou coletivas, de transgressão e de acordos.

A sociedade moderna apresenta demandas sócio-educacionais que ultrapassam os limites formais e regulares da escola.

As perspectivas de educação permanente e educação ao longo da vida também ratificam a necessidade de se discutir a educação além dos limites da escola.

O objetivo deste trabalho é estabelecer relações entre os fenômenos que interessam a educação não formal e os aspectos abordados pela antropologia.

O presente trabalho foi estruturado de forma a esclarecer o leitor do que trata a educação não formal e como a antropologia pode contribuir, para o entendimento dos processos sócio culturais demandados pela sociedade moderna.

### **Campos e dimensões da educação**

A educação não-formal designa um processo com quatro campos ou dimensões, que correspondem à suas áreas de abrangência. O primeiro envolve a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos isto é, o processo que gera a conscientização dos indivíduos para a compreensão de seus interesses e do meio social e da natureza que o cerca, por meio da participação em atividades grupais. Participar de um Conselho de Escola poderá desenvolver essa aprendizagem. O segundo, a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades. O terceiro, a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos. O quarto, e não menos importante, é a aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal, escolar, em formas e espaços diferenciados. Aqui o ato de ensinar se realiza de forma mais espontânea, e as forças

sociais organizadas de uma comunidade, têm o poder de interferir na delimitação do conteúdo didático, ministrado bem como estabelecer as finalidades a que se destinam àquelas práticas.

A Educação transmitida pelos pais na família, no convívio com amigos, clubes, teatros, leitura de jornais, livros, revistas etc. são considerados como temas da educação informal. O que diferencia a educação não-formal da informal é que na primeira existe intencionalidade de dados sujeitos, em criar ou buscar determinadas qualidades e/ou objetivos. A educação informal decorre de processos espontâneos ou naturais, ainda que seja carregada de valores e representações, como é o caso da educação familiar.

Usualmente se define a educação não formal por uma ausência, em comparação ao que há na escola (algo que seria não-intencional, não planejado, não estruturado), tomando como único paradigma a educação formal. Concluímos que os dois únicos elementos diferenciadores que têm sido assinalados pelos pesquisadores são relativos à organização e à estrutura do processo de aprendizado.

Os espaços onde se desenvolvem ou se exercitam as atividades da educação não formal são múltiplos, a saber: no bairro associação, nas organizações que estruturam e coordenam os movimentos sociais, nas igrejas, nos sindicatos e nos partidos políticos, nas Organizações Não-Governamentais, nos espaços culturais, e nas próprias escolas, nos espaços interativos dessas com a comunidade educativa etc. Entretanto, as categorias de espaço e tempo também têm novos elementos na educação não formal porque usualmente o tempo da aprendizagem não é fixado *a priori* e são respeitadas as diferenças existentes para a absorção e reelaboração dos conteúdos, implícitos ou explícitos, no processo ensino- aprendizagem.

Na educação não formal a cidadania é o objetivo principal, e ela é pensada em termos de coletivo. Organizam-se processos de acesso à escrita e à leitura - por meio de métodos de alfabetização - para coletivos específicos, a saber: grupos de trabalhadores, grupos de jovens, adultos etc. Ou organizam-se processos de reciclagem ou formação, segundo determinadas demandas sociais.

Ao estudarmos a educação não formal desenvolvida junto a grupos sociais organizados, ou movimentos sociais devemos atentar para as questões das metodologias e modos de funcionamento por serem um dos aspectos mais relevante do processo de aprendizagem. Há necessidade de estudos aprofundados sobre as metodologias de trabalho utilizadas na área da educação não formal.

Deve-se pesquisar as escolas que interagem com a comunidade educativa local; as ONGs e os movimentos sociais em seus processos de encaminhamentos de demandas e lutas sociais, os projetos sociais alternativos de desenvolvimento sustentável; os cursos e treinamentos desenvolvidos para a formação e/ou qualificação de lideranças das comunidades locais; a relação entre os representantes de determinadas comunidades e os agentes do poder público, na elaboração e implantação de políticas sociais de cunho participativo (como por exemplo, a experiência do Orçamento Participativo em Belo Horizonte e em Porto Alegre, nos anos 90). Neste último caso, a educação não-formal se consubstancia em certos momentos pedagógicos, e a novidade é que a aprendizagem coletiva se faz nos marcos de processos institucionalizados pelo poder local onde a parte estatal/governamental tem grande importância.

Tradições de experiências associativas são combinadas com programas públicos/governamentais voltados para áreas sociais. Disto resulta espaços institucionais novos na arena política, onde podemos observar uma combinação de formas de exercício da democracia direta com formas da democracia representativa, que gera novas estruturas coletivas. Na realidade, podemos denominar estas estruturas de representação de coletivos, e não simplesmente "representações coletivas" de determinados grupos organizados. Há um longo processo de aprendizado entre todos os atores envolvidos, até a constituição do coletivo como uma representação institucionalizada. No caso do orçamento participativo, este processo contém três etapas, onde há o envolvimento de setores da administração local com movimentos, grupos e ONGs. O exercício da aprendizagem gera a normatização de procedimentos, inscrevendo em leis próprias a participação da população na discussão das prioridades de investimento na esfera pública.

Os procedimentos metodológicos utilizados nos processos da educação não formal estão pouco codificados na palavra escrita e bastante organizados ao redor da fala. A voz ou vozes, que entoam ou ecoam de seus participantes são carregadas de emoções, pensamentos, desejos etc. São falas que estiveram caladas e passaram a se expressar por algum motivo impulsionador (carência socioeconômica, direito individual ou coletivo usurpado ou negado, projeto de mudança, demanda não atendida). Ao se expressar, os atores/sujeitos dos processos de aprendizagem articulam o universo de saberes disponíveis, passados e presente, o esforço de pensar/elaborar/reelaborar sobre a realidade em que vivem. Os códigos culturais são acionados e afloram as emoções contidas na subjetividade de cada um.

Sistematizar a metodologia contida nos processos de interação/aprendizagem dependerá de nossa capacidade, enquanto educadores, de entender os sujeitos pensantes/falantes no interior dos processos sociais em movimento, nas organizações etc. Para tanto é muito importante que saibamos escutar não apenas as falas mas também os silêncios que acompanham ou interrompem aquelas falas. Ou seja, devemos desenvolver capacidades e habilidades no campo

da lingüística e buscar captar os conteúdos motivacionais, ideológicos, bem como emocionais/cognitivos. Mergulharmos no universo da cultura torna-se tarefa tão importante como entendermos o contexto socioeconômico dos grupos em estudo.

## **ANTROPOLOGIA E EDUCAÇÃO**

Antropologia é o estudo científico e humanístico da espécie humana; a exploração da diversidade humana no tempo e no espaço que aborda questões básicas da existência humana.

A antropologia é holística. É também comparativa e transcultural, compara sistematicamente dados e populações de períodos de tempos diferentes.É, sobretudo, uma ciência integradora que estuda o homem no marco da sociedade e cultura a que pertence e, ao mesmo tempo como produto destas.

Tanto a Antropologia, quanto a Psicologia e a Linguística, entre outras áreas das Ciências Sociais, já constataram a relação íntima existente entre a cultura de origem, os sentimentos e emoções e as suas expressões ou, em outras palavras, a relação íntima entre a construção de um universo simbólico e a dimensão cognitiva como evidencia Basil Bernstein (1971). Este autor mostra também que a cognição se expressa nos diferentes usos da linguagem, relacionando-a às diferenças de classes sociais:"a receptividade a uma forma particular de estrutura da língua determina a maneira como são construídas as relações com os objetos e a orientação para uma manipulação própria das palavras" .

Quando afirmamos a existência de uma diversidade cultural entre os alunos, implica afirmar que, numa mesma sala, podemos ter uma diversidade de formas de articulação cognitiva. Dessa forma, para a aprendizagem se efetivar, é necessário levar em conta o aluno em sua totalidade, retomando a questão do aluno como um sujeito sócio-cultural, quando sua cultura, seus sentimentos, seu corpo, são mediadores no processo de ensino e aprendizagem.

À partir do decreto lei de 3 de Fevereiro de 1989, tivemos certamente uma das iniciativas legislativas mais importantes no âmbito da Reforma, pois pelo Projeto Educativo traduz-se a própria autonomia da escola. O Projeto Educativo, criado para o 2º e 3º ciclos assim como para o ensino secundário, pretende-se assim o instrumento primordial de identidade da própria escola. No artigo 2º do decreto lei refere-se que se entende "por autonomia da escola a capacidade de elaboração e realização de um Projeto Educativo em benefício dos alunos e com a participação de todos os intervenientes no processo educativo". Afirma-se ainda que o Projeto Educativo se deve

corporizar em planos anuais de atividades e em regulamentos internos de diversos setores em que se possam refletir as prioridades de desenvolvimento pedagógico da escola.

Tendo em conta a nossa linha argumentativa de elucidação de uma ideologia antropológica na ausência dos antropólogos, relevamos aqui apenas a autonomia cultural das escolas. Esta surge-nos referida ao longo de 4 artigos deste decreto lei, sendo definida como capacidade de empreender ações de extensão educativa, difusão cultural e animação sócio-comunitária por iniciativa própria ou em colaboração com as demais entidades locais. O Projeto Educativo deve assim ser um instrumento de autonomia, mas também de mobilização e de inovação: a escola deve criar e desenvolver através dele as condições da sua autonomia cultural, pedagógica e administrativa, mas na mobilização de toda a comunidade em torno de objetivos comuns.

As atividades de extensão educativa (art.º 5º) incluem

- a) promover e apoiar atividades de educação de adultos;
- b) participar em atividades de aperfeiçoamento profissional;
- c) criar condições para a valorização das artes e dos ofícios tradicionais.

Quanto às atividades de difusão cultural (art.º 6º), incluem:

- a) promover exposições, conferências, debates e seminários;
- b) promover realizações e iniciativas de apoio aos valores culturais locais, participando na defesa do património local;
- c) incrementar a divulgação do artesanato e o intercâmbio de outras manifestações culturais;
- d) promover atividades de animação musical e de expressão artística.

Quanto às atividades de animação sócioeducativa (art.º 7º) incluem:

- a) promover encontros entre gerações com características diferentes;
- b) apoiar atividades organizadas por grupos de jovens;
- c) facilitar a integração de imigrantes,
- d) colaborar em iniciativas de solidariedade social.

Finalizando, construímos, ao longo deste texto, um determinado olhar sobre a instituição escolar, apreendida enquanto espaço sócio-cultural. Neste sentido, buscamos apreender alunos e professores como sujeitos sócio-culturais, ou seja, sujeitos de experiências sociais que vão reproduzindo e elaborando uma cultura própria. Na escola, desempenham um papel ativo no cotidiano, definindo de fato o que a escola é, enquanto limite e possibilidade, num diálogo ou conflito constante com a sua organização. Portanto, definimos a escola como uma instituição dinâmica, polissêmica, fruto de um processo de construção social.

Concluimos que os atores vivenciam o espaço escolar como uma unidade sócio-cultural complexa, cuja dimensão educativa encontra-se também nas experiências humanas e sociais ali existentes. Os alunos parecem vivenciar e valorizar uma dimensão educativa importante em espaços e tempos que geralmente a Pedagogia desconsidera: os momentos do encontro, da afetividade, do diálogo. Independente dos objetivos explícitos da escola, vem ocorrendo no seu interior uma multiplicidade de situações e conteúdos educativos, que podem e devem ser potencializadas. É fundamental que os profissionais da escola reflitam mais detalhadamente a respeito dos conteúdos e significados da forma como a escola se organiza e funciona no cotidiano.

Acreditamos que a escola pode e deve ser um espaço de formação ampla do aluno, que aprofunde o seu processo de humanização, aprimorando as dimensões e habilidades que fazem de cada um de nós seres humanos. O acesso ao conhecimento, às relações sociais, às experiências culturais diversas podem contribuir assim como suporte no desenvolvimento singular do aluno como sujeito sócio-cultural, e no aprimoramento de sua vida social.

Torna-se necessário a ampliação e o aprofundamento das análises que, como essa, buscam apreender a escola na sua dimensão cotidiana, apurando o nosso olhar sobre a instituição, seu fazer e seus sujeitos, contribuindo assim para a problematização da sua função social .

## **REFERÊNCIA**

DAYRELL, Juarez Tarcísio – Escola como espaço sócio-cultural, primeiros olhares sobre a escola. Universidade Federal de Minas Gerais. Coordenador do Observatório da Juventude da UFMG 2

MACHADO, Evelcy Monteiro – Pedagogia e a pedagogia Social: Educação não formal. Universidade Tuiuti do Pará

NIETO, Cándido Gitérez – Evaluación de programas de educación no formal. Una propuesta etnográfica naturalista. Universidad de Cádiz

OJEDA, Begona; PRADO, Virginia Pacheco; ROYER Javier. Educación e Antropología: Reflexiones desde La experiência em âmbitos de educación no formal.